

A Noção de Sujeito como Aparece nas *Meditações* Considerada à Luz das Sugestões Wittgensteinianas a Respeito da Linguagem

Ethel Alvarenga*

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar duas possíveis interpretações relativas ao que é revelado pelo argumento do *cogito* apresentado nas *Meditações* de Descartes, mostrando que, se aceitarmos a tese wittgensteiniana relativa ao sentido das expressões lingüísticas, então será necessário concluir que ambas as interpretações envolvem pelo menos uma dificuldade cuja solução não é possível de ser dada no interior de uma filosofia da consciência.

Palavras-chave: eu – pensamento – substância – sentido – uso

O objetivo deste texto é apresentar duas possíveis interpretações relativas ao conceito de sujeito apresentado nas *Meditações* de Descartes mostrando que ambas envolvem pelo menos uma dificuldade cuja solução não é possível de ser dada no interior de uma filosofia da consciência. Mostraremos basicamente duas dificuldades concernentes à noção cartesiana de sujeito, dificuldades estas que surgem a partir da aceitação da tese wittgensteiniana de que o sentido das expressões lingüísticas é determinado

* Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

pelo uso habitual destas. A partir dessas dificuldades, mostraremos que, mesmo admitindo esse pressuposto de Wittgenstein, não é necessário, num primeiro momento, abandonar a filosofia da consciência para se dar conta do sentido da expressão “eu”, embora seja necessário um passo além do que é sugerido pelo sistema cartesiano. Isto é, mostraremos que mesmo essa análise oferecida pela filosofia da consciência, que responde a essa primeira dificuldade, se mostra insuficiente, pois ainda assim dá conta apenas de parte do sentido da expressão “eu”, não permitindo a compreensão de um aspecto relevante envolvido no uso desta expressão.

A questão central nas *Meditações* diz respeito, essencialmente, ao fundamento da verdade. Descartes inicia sua exposição introduzindo a dúvida como uma estratégia para buscar o fundamento do conhecimento. Através da dúvida, que diz respeito aos princípios gerais do conhecimento, e não aos conteúdos do conhecimento, Descartes se propõe a defender o papel essencial da razão em oposição à confiança irrefletida nos sentidos.

Ao final da *Primeira Meditação*, Descartes já desenvolveu sua estratégia cética de tal modo, que pode iniciar sua busca pelo ponto arquimediano que funda o conhecimento. Descartes termina a *Primeira Meditação* duvidando de toda proposição que diga respeito a objetos sensíveis incluindo a existência do mundo material, e duvidando da legitimidade do que é considerado como conhecimento evidente. Assim, ao final da *Primeira Meditação* Descartes duvida tanto do conhecimento adquirido através da percepção quanto do fundamento de seu próprio método, isto é, da legitimidade de se considerar a evidência como critério de verdade.

Como é sabido, nas *Meditações* não aparece o famoso “Penso, logo existo”. Ao invés disso, na *Segunda Meditação*, onde aparece o argumento do *cogito*, é afirmado que a proposição “eu existo” é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou concebo em meu espírito. Essa formulação indica que até o momento do *cogito* não é estabelecido um critério formal de verdade, mas é apenas estabelecida uma proposição evidente e indubitável. O argumento do *cogito* revela uma instância, um caso de certeza imediatamente evidente quando revela a existência da atividade do pensamento.

Para que a dúvida metafísica não se aplique ao *cogito*, é necessário identificar o ato de pensar com o conteúdo do pensamento de tal forma, que o que é revelado é que penso que penso, penso que quero, penso que afirmo, etc.... O *cogito* não elimina a dúvida metafísica, mas escapa a ela na medida em que revela uma identidade entre o conteúdo e o ato do pensamento, e não uma correspondência entre o conteúdo do pensamento e algo no mundo. O *cogito* não revela uma idéia que tem correspondência no mundo, mas sim a existência do pensamento enquanto consciência imediata. Além disso, o *cogito* revela não apenas o reconhecimento da existência do pensamento, mas também o de seus modos ou atos. A existência dos modos do pensamento tem o mesmo grau de certeza que a existência do pensamento, já que aquilo que é indubitável nesses modos é o momento da consciência reflexiva. O que é indubitável é que penso que quero, e não que de fato quero, que penso que afirmo, e não que de fato afirmo, etc. Assim, o argumento do *cogito* vem demonstrar que o ponto arquimediano encontrado que funda todo o conhecimento é a atividade mental, isto é, o pensamento enquanto consciência do qual se infere imediatamente a existência de um sujeito. A questão agora é então examinar em que consiste esse sujeito que é inferido imediata e exclusivamente a partir do juízo "eu penso", isto é, trata-se de examinar no que consiste essa existência revelada pelo argumento do *cogito* que coexiste com o pensamento.

Há pelo menos duas possibilidades de se interpretar a caracterização do sujeito revelado pelo *cogito*: uma, que pretende estabelecer uma prioridade do ser, isto é, que concebe o sujeito cartesiano como uma substância cujo atributo essencial é pensar; a outra, que pretende identificar o sujeito com o pensamento de tal forma, que o sujeito só existe enquanto condição de possibilidade do pensamento.

De acordo com a primeira interpretação, com o argumento do *cogito* Descartes encontra o atributo essencial – o pensamento – de uma substância que é pré-dada. O que é revelado por meio da descoberta de um atributo privilegiado (privilegiado porque não é excluído com a exclusão do corpo) é o sujeito enquanto substância, isto é, um sujeito que é idêntico a si mesmo através da diversidade dos atos do pensamento. De acordo com esse modo

de leitura, o sujeito revelado pelo *cogito* constitui uma unidade que permanece na diversidade dos atos do pensamento. Essa unidade, entretanto, não é constituída em virtude dos atos de pensar, mas trata-se de uma unidade previamente dada, resultante de um postulado metafísico. Essa interpretação, portanto, imputa a Descartes o compromisso de afirmar a existência de uma entidade que não é definida em termos de seus atos e, assim, o compromisso ontológico de afirmar a existência de uma substância independente.

A segunda possibilidade de interpretação daquilo em que consiste esse sujeito inferido imediatamente a partir do juízo “eu penso” libera Descartes desse compromisso ontológico na medida em que compreende esse sujeito dos atos do pensamento apenas como condição de possibilidade desses atos. O preço por não recorrer a uma hipótese metafísica é, entretanto, o de não resgatar a unidade do eu, que é o modo como nós nos compreendemos enquanto sujeitos. De acordo com essa interpretação, pode-se afirmar que em cada ato de pensamento há uma unidade formal, isto é, que no decorrer de um ato o eu como condição de possibilidade permanece idêntico, mas não há nada que determine a identidade de um eu através da multiplicidade dos atos. Embora o pensamento esteja presente em todo ato de pensar e, portanto, haja um sujeito enquanto condição de possibilidade em todo ato de pensar, isso não significa que esse sujeito consista numa substância, na medida em que se trata de um sujeito que é idêntico qualitativamente, mas não necessariamente idêntico numericamente. Isto é, em todo ato do pensamento, o que está presuposto é o pensamento e, por conseguinte, um sujeito como sua condição de possibilidade. Isto significa que em cada ato de pensamento há um sujeito que se caracteriza por constituir a condição de possibilidade do ato, mas não significa que esse sujeito seja o mesmo (numericamente) para toda a diversidade dos atos. Sendo assim, de acordo com essa segunda interpretação, o sujeito inferido da existência do pensamento é uma unidade formal pressuposta para cada ato num momento particular, mas não uma mesma unidade que repassa todos os atos.

Ao examinarmos essas duas possibilidades de interpretação do eu cartesiano à luz da concepção wittgensteiniana de que o sentido das expressões é constituído pelo modo como as usamos habitualmente, deparamo-nos com

duas dificuldades. A primeira delas é que se, por um lado, adotamos a primeira interpretação, que concebe o sujeito como uma substância, é possível dar conta de um aspecto do sentido do termo “eu”, já que é possível compreender o eu como uma unidade que atravessa a multiplicidade dos atos, que é o modo como nós nos compreendemos. Isto é, na linguagem ordinária, um dos aspectos envolvidos no uso da expressão “eu” é o de denotar uma unidade que permanece a mesma em todos os atos desse eu. Interpretar o sujeito dos atos do pensamento como uma substância, isto é, como algo idêntico a si mesmo através de uma diversidade significaria, portanto, resgatar esse sentido da expressão “eu”. Essa interpretação, entretanto, como vimos, paga o preço de assumir um compromisso com uma teoria do real que afirma a existência de substâncias independentes.

Se, por outro lado, adotamos a interpretação do sujeito não como substância, mas como unidade formal que permite cada ato, não somos capazes de dar conta do aspecto do sentido da expressão “eu” segundo o qual esta expressão se refere a uma unidade idêntica a si mesma em todos os seus atos. Isto é, se admitimos que Descartes ao caracterizar a existência revelada pelo *cogito* não lança mão de hipóteses metafísicas, a noção de sujeito cartesiano fica sem sentido, já que não envolve o modo como nós nos compreendemos quando nos referimos a nós mesmos através da expressão “eu”.

Essa primeira dificuldade, portanto, diz respeito à possibilidade de compreendermos o sujeito cartesiano a partir do modo como nós, na linguagem ordinária, utilizamos o termo “eu”: como algo que permanece o mesmo na multiplicidade dos atos. Dependendo do modo como interpretamos, ou bem Descartes afirma a unidade do eu, mas para tanto apela para o postulado metafísico de uma substância independente, ou bem se mantém na análise dos atos de pensamento e, desse modo, não resgata a unidade do eu, que constitui um dos aspectos do sentido da expressão “eu”.

Essa primeira dificuldade, que é interna ao texto de Descartes, talvez possa, entretanto, ser resolvida no interior da própria filosofia da consciência. Talvez seja possível demonstrar a unidade do eu que permanece a mesma através da multiplicidade dos atos sem recorrer, como recorre Descartes, a uma hipótese metafísica, isto é, sem recorrer a uma noção de substância

dada de antemão, se compreendermos essa unidade como sendo constituída por uma síntese no tempo que liga o eu presente em cada ato. Nesse sentido seria possível falar de um sujeito que permanece o mesmo nos diversos atos sem lançar mão de uma noção de substância pré-dada, mas compreendendo-o como uma substância no sentido de ser uma mesmidade que é definida a partir de uma síntese que permite sua reidentificação através dos atos.

A segunda dificuldade resultante do modo como Descartes apresenta a noção de sujeito nas *Meditações* diz respeito a ambas as interpretações. Seja o sujeito revelado pelo *cogito* uma substância definida em termos clássicos como algo independente e dado de antemão, seja não uma substância mas uma mera condição de possibilidade de cada ato, trata-se de um sujeito imaterial, não extenso. A natureza da existência revelada pelo *cogito* só pode ser compreendida levando-se em conta as dúvidas metafísicas. Como vimos, o *cogito* não elimina, mas escapa a tais dúvidas. Sendo assim, elucidar a natureza da existência revelada pelo *cogito* implica a exclusão do corpo. O que existe, portanto, é o pensamento e o que é necessariamente inferido deste: um eu que pensa. Logo, seja esse eu uma substância pensante postulada ou uma condição de possibilidade dos atos do pensamento, existirá independente do mundo externo que continua em questão.

Partindo-se ainda do pressuposto wittgensteiniano de que o sentido das expressões é determinado pelo modo como os homens as usam cotidianamente, esse conceito de sujeito imaterial torna-se problemático. O modo como os homens se compreendem e, portanto, o modo como os homens usam a expressão "eu" implica não só uma identidade presente na variação dos diversos atos, mas, além disso, uma unidade entre o sujeito de predicados que expressam estados mentais e o sujeito de predicados verificáveis empiricamente. Isto é, de acordo com o modo como usamos a expressão "eu", além de denotarmos uma substância (que poderá, eventualmente, ser compreendida como constituída, e não postulada como faz Descartes), denotamos uma substância que realiza não apenas atos do tipo contemplativo (como julgar, pensar, etc.), mas também ações no mundo. De acordo com o sentido da expressão "eu", portanto, não há separação entre corpo e pensamento onde o sujeito das ações do corpo seria outro que o dos atos do pensamento,

de tal modo que quando dizemos “eu sinto dor” e “eu tenho duas pernas” pela expressão “eu” não designamos duas coisas diferentes. E, se de acordo com o modo como nós nos compreendemos o eu está sempre inserido no mundo, então não é possível privilegiar-se um eu como pensamento que seria constitutivo do eu no mundo, como faz a filosofia da consciência. Compreendemos-nos como uma substância à qual cabe não só o atributo pensamento, mas também o de extensão.

Ao contrário, o fato de nos compreendermos como sempre já estando no mundo implica que haja algo que seja preeminente à noção de consciência, que seria, nos termos de Wittgenstein, os jogos de linguagem, isto é, as interações comunicativas nas quais surgem as categorias a partir das quais é possível nos compreendermos a nós próprios, compreendermos os outros e o mundo externo do modo como os compreendemos. Sendo assim, não é possível contornar a segunda dificuldade relativa ao conceito de sujeito não extenso cartesiano no interior da filosofia da consciência, já que essa dificuldade implica a admissão do mundo externo, de relações intersubjetivas, de uma tradição, como condição de possibilidade da própria formação do sujeito.

Toda essa tentativa de mostrar as dificuldades envolvidas na noção de sujeito apresentada por Descartes nas *Meditações* funda-se em dois pressupostos: 1) no pressuposto wittgensteiniano de que o modo legítimo de compreendermos filosoficamente algo consiste na compreensão do modo como utilizamos os termos que expressam esse algo na linguagem cotidiana. Sendo assim, a noção de sujeito apresentada por Descartes só terá um sentido legítimo se der conta do modo como empregamos essa noção no nosso dia-a-dia; 2) no pressuposto de que o modo como utilizamos a expressão “eu” na linguagem ordinária envolve a referência a uma substância (enquanto unidade idêntica a si mesma), e uma substância que se compreende como sendo a mesma que realiza tanto atos do pensamento quanto ações no mundo, isto é, como sendo não apenas uma unidade relativa a atos mentais, mas uma unidade que age sobre o mundo e interage nele e, portanto, como uma substância cujos atributos são pensamento e extensão.

Com relação ao primeiro pressuposto pode-se argumentar que se é verdade que a filosofia cartesiana abre caminho para uma filosofia transcendental, isto é, para uma filosofia que pretende elucidar os pressupostos do nosso acesso ao mundo, então a filosofia cartesiana está comprometida com a noção de que elucidar filosoficamente um conceito nada mais é do que elucidar o modo como compreendemos pré-filosoficamente este conceito. Isto é, se é verdade que a dúvida apresentada por Descartes nas *Meditações* consiste num instrumento para responder à questão do fundamento do saber e, portanto, para esclarecer o modo como conhecemos em oposição a esclarecer o que é o real, então Descartes pretende esclarecer aquilo que está pressuposto no nosso acesso ao mundo, que são as regras que guiam esse modo pré-filosófico de estarmos no mundo.

Para argumentar em favor do segundo pressuposto, de que o modo como nos compreendemos pré-filosoficamente, isto é, o modo como usamos a expressão "eu" na linguagem cotidiana envolve não só a noção de um eu idêntico na diversidade de seus atos, mas também uma unidade entre pensamento e corpo, basta mostrar que mesmo os que alegam que não se reconhecem de fato como essa mesmidade e essa unidade agem no mundo como se assim se compreendessem. Isto é, o modo como realizamos atos envolve que nos reconheçamos como idênticos na diversidade de nossos atos e como inseridos num mundo e, portanto, como pensamento e corpo, já que as regras segundo as quais agimos se fundam numa prática intersubjetiva no mundo.

É justamente pelo fato de que ao menos agimos como se nos compreendêssemos como sempre inseridos num mundo que se torna pelo menos problemática uma filosofia da consciência, isto é, uma filosofia do sujeito enquanto autônomo perante o mundo. Se a filosofia tem como tarefa elucidar os pressupostos de nosso acesso ao mundo, já que pretende elucidar as condições de possibilidade do nosso conhecimento, se esses pressupostos dizem respeito ao modo como compreendemos pré-filosoficamente os conceitos, e se o modo como compreendemos pré-filosoficamente o conceito de sujeito envolve sua desde sempre inserção no mundo, então temos de admitir que o sujeito só é capaz de realizar atos porque aprende a realizá-los

no mundo que o ultrapassa. Sendo assim, através do pressuposto de que o modo como nos compreendemos envolve nossa inserção no mundo é possível se colocar em xeque uma filosofia do sujeito que concebe este como autônomo, independente de algo que, no entanto, consiste na sua própria condição de possibilidade.

Abstract: In this article two possible ways of interpreting that which is revealed by the *cogito* as it appears in the Cartesian *Meditations* are presented. It will be shown that, if we accept the Wittgenstein's thesis concerning the meaning of the linguistic expressions, then we are compelled to consider that both interpretations involve at least one difficulty which can not be overcome within the philosophy of consciousness.

Key-words: self – thought – substance – meaning – use

Referência Bibliográfica

1. DESCARTES, R. *Oeuvres et Lettres*. Paris, Gallimard, 1953.